

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/7783	11884/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de Obras de Edificação - Rua Dom Diogo de Sousa, 17, Rés do Chão, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 46143/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Apreciação Técnica, o projeto de arquitetura apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto, pelo que, nas condições da presente informação, não se vê inconveniente quanto à sua aprovação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/7515 de 6 de Março de 2026.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 46143/2025

REGISTO ENTRADA: 2025-E-RE-25282 de 29/10/2025

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: RUA DOM DIOGO DE SOUSA, N.º 17, RÉS DO CHÃO
UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAXIMINOS, SÉ E CIDADE

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA

04/03/2026

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente vem, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-25282 DE 29/10/2025, apresentar um pedido de Licenciamento de Obras de Edificação - Arquitectura, com vista à construção de uma piscina exterior, a levar a efeito na rua Dom Diogo de Sousa, n.º 17, Rés do Chão, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 82/19871217, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1804.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação, por se enquadrar na alínea d) do mesmo número, "obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação", em conjugação com a alínea b) do n.º 2 do Artigo 6.º-A do mesmo regime.

2. ANTECEDENTES

Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:

- 2.1. Processo de Licenciamento n.º 1/1997/891/0
- 2.2. Processo Alteração de Utilização n.º 9/2023/2305/0
- 2.3. Alvará de Alteração de Utilização n.º 33/2023 emitido em 08/08/2023

3. CONSULTAS A ENTIDADES E/OU SERVIÇOS

- 3.1. A pretensão mereceu **parecer favorável condicionado**, Processo n.º DRP-DS/1989/03-03/2026/POP/136046 (C.S:280720), Informação n.º S-2025/646051 (C.S:1763229) de 10/12/2025, emitido pela CCDR-N, Comissão e Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, IP, Unidade de Cultura.
- 3.2. A pretensão mereceu **informação condicionada**, n.º 2025-29231 de 05/11/2025, emitida pela Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia - Unidade de Arqueologia.

4. INSTRUÇÃO DO PROCESSO

- 4.1. Conforme informação técnica da DPU n.º 2025-32371 de 05/12/2025, o processo encontra-se suficientemente instruído para análise.

5. ANÁLISE DA PRETENSÃO

- 5.1. O requerente vem propor a construção de uma piscina exterior (2,56 m x 6,50 m - 17,53 m²) no logradouro do edifício, que se implanta no atual espaço pavimentado com acabamento em deck de madeira, logradouro esse, de utilização exclusiva da fração do requerente, resultando, assim, a piscina, num equipamento lúdico associado ao uso da fração.
- 5.2. É apresentada a devida autorização por parte dos condóminos, lavrada em ata de reunião extraordinária, datada de 17/11/2025
- 5.3. **Enquadramento no PDM em vigor**
 - 5.3.1. A operação urbanística incide sobre uma área classificada, na **Planta de Classificação e Qualificação do Solo do PDM em vigor**, como:
 - **EC1 - Urbanizado - Espaço Central**



- 5.3.2. A operação urbanística incide sobre uma área condicionada, na **Planta de Condicionantes do PDM em vigor**, por:
- **Zona Geral de Proteção - Casa dos Biscainhos**
 - **Zona Geral de Proteção - Arco da Rua do Souto**
- 5.3.3. Considerando o facto de que a piscina exterior se implanta num espaço já pavimentado, a pretensão não consubstancia agravamento dos parâmetros urbanísticos, nomeadamente o índice de impermeabilização.
- 5.4. **Enquadramento no PDM - 3.ª Revisão**
- 5.4.1. Na **Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo do PDM - 3.ª Revisão**, o prédio encontra-se classificado como:
- **Solo Urbano - EC1 - Espaço Central do Tipo 1 (Centro Histórico)**
- 5.4.2. Na **Planta de Condicionantes - Condicionantes Gerais do PDM - 3.ª Revisão**, o prédio encontra-se condicionado por:
- **Zona Geral de Proteção - Casa dos Biscainhos**
 - **Zona Geral de Proteção - Arco da Rua do Souto**
- 5.4.3. Considerando o facto de que a piscina exterior se implanta num espaço já pavimentado, a pretensão não consubstancia agravamento dos parâmetros urbanísticos, nomeadamente o índice de impermeabilização.
- 5.5. **Análise Regulamentar**
- 5.5.1. O termo de responsabilidade da autora do projeto apresentado, que, nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro na sua atual redação, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 5.5.2. A coordenadora de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de Junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.

6. PROPOSTA DE DECISÃO

Não obstante se encontrem suspensos os procedimentos urbanísticos com o início do período da segunda discussão pública da 3.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, publicado em Diário da República através do Aviso n.º 23709/2025/2, de 25 de Setembro, de acordo com a orientação superior do Diretor Municipal de Ordenamento do Território comunicada no dia 06/01/2025, na interpretação e aplicabilidade do artigo 145.º do RJIGT e 12.º-A do RJUE que prevê a suspensão dos procedimentos de gestão urbanística, dever-se-á adotar o entendimento expresso no parecer jurídico elaborado pela Professora Dr.ª Fernanda Paula Oliveira, segundo o qual «(...) **se a solução à luz de ambos os termos de comparação – o plano em vigor e o plano colocado à discussão pública – for de deferimento do pedido ou viabilidade da pretensão, também deve ser levantada a suspensão do procedimento e ser decidida ou legitimamente executada a pretensão urbanística no sentido pretendido pelo requerente (...)**» pelo que se propõe:

- 6.1. **A aprovação do projeto de arquitetura, considerando que:**
- 6.1.1. O projeto de arquitetura, face ao **PDM - Em vigor**, **cumpre** as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto.
- 6.1.2. O projeto de arquitetura, face ao **PDM - 3.ª Revisão**, **cumpre** as normas legais e regulamentares aplicáveis relativas ao aspeto exterior, inserção urbana e paisagística, bem como sobre o uso proposto.
- 6.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de Fevereiro, no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Assunto : Rua Dom Diogo de Sousa, n.º 17, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Cidade), Braga.

Requerente :

Local : Rua Dom Diogo de Sousa, n.º 17, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Cidade), Braga.

**Servidão
Administrativa :**

Inf. n.º: S-2025/646051 (C.S:1763229)
N.º Proc.: DRP-DS/1989/03-03/2026/POP/136046
(C.S:280720)

Cód. Manual
Data Ent. Proc.: 05/12/2025



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA



PATRIMÓNIO
CULTURAL
INSTITUTO PÚBLICO

Considerando a sensibilidade arqueológica da área de intervenção e a proximidade da muralha medieval, assim como o parecer da Unidade de Arqueologia da C.M. de Braga emitido em sede de apreciação da operação urbanística, Aprovo condicionado ao acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos que afetem o subsolo.

Vice-Presidente do Conselho Diretivo
2026-01-12

Diretor da Unidade de Cultura,

a 09/01/2026

Proponho a emissão de parecer favorável condicionado à realização de acompanhamento arqueológico. Deverá ser remetido à tutela um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização. Ao Património Cultural, I.P.

DRP: 2026

CS: 1762932

Servidão administrativa: ZP, Casa dos Biscaínhos, IIP; ZP, Arco da Rua do Souto, MN

Enquadramento Legal: O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativa conjugadas dos artigos 43º, 45º 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 d Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do r



8 do artigo 6º, do nº 2 do artigo 6º-A, do nº 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei nº 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1.Enquadramento / antecedentes: Pretende-se a construção de uma piscina da Rua D. Diogo d Sousa, nº 17, em Braga. Localiza-se na proximidade imediata do traçado da muralha medieval dentro do respectivo aro urbano.

2.Caracterização da Proposta: Não se aplica.

3.Apreciação da proposta: Apesar de, como foi referido em 1, a pretensão se localizar em área com sensibilidade arqueológica, e implicar trabalhos com remoção de solos, existindo conhecimento prévio a partir de trabalhos anteriores no mesmo local, que se trata de uma área onde o interesse arqueológico é menor, em princípio relacionado com ocupação entre a Época Moderna e a Época Contemporânea. Assim, se considera que será adequado um acompanhamento arqueológico da obra, como medida de salvaguarda arqueológica. Esta medida terá por objecto a identificação de eventuais vestígios arqueológicos para seu estudo e salvaguarda, podendo ainda para o mesmo efeito ser necessário recorrer-se a outras metodologias arqueológicas complementares.

Para cumprimento do exposto no parágrafo anterior deverá ser remetido à tutela (via Portal do Arqueólogo) um pedido de autorização para trabalhos arqueológicos e respectivo plano de trabalhos, da responsabilidade de um arqueólogo, para análise e autorização.

A execução dos trabalhos arqueológicos deverá seguir os preceitos metodológicos utilizados nas intervenções arqueológicas executadas na cidade de Braga, tendo por referência os trabalhos efectuados pelo Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, nomeadamente no âmbito do "Projecto Bracara Augusta". Terá de haver obrigatoriamente, por parte do arqueólogo responsável, uma estreita coordenação entre os trabalhos arqueológicos e o Gabinete de Arqueologia da C. M. de Braga durante todo o tempo em que estes sejam executados. No final dos mesmos com a aprovação do respectivo relatório final, ou outros documentos congéneres preliminares, deverão ser remetidas cópias desses documentos, uma vez validados pela tutela, ao Gabinete de Arqueologia Municipal.

4.Proposta de Decisão: Propomos um parecer favorável condicionado, nos termos da presente informação.

À Consideração Superior,
O Técnico Superior

CCDRN, 11/12/2025



PARECER DE ARQUITETURA

Servidão administrativa:

Zona Geral de Proteção da Casa dos Biscainhos, IIP - imóvel de interesse público, Decreto n.º 3 366, DG, I Série, n.º 70, de 5-04-1949;

Zona Geral de Proteção do Arco da Rua do Souto, MN - monumento nacional, Decreto de 16-06 1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

Enquadramento Legal:

O presente parecer fundamenta-se nas disposições normativas conjugadas dos artigos 43º, 45º, 51º, 52º, 60º, 75º, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 14º e 51º do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro, do artigo 4º, do n.º 8 do artigo 6º, do n.º 2 do artigo 6º A, do n.º 6 do artigo 7º, do artigo 13º e seguintes do Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na versão mais recente, do artigo 2º dos Estatutos do Património Cultural I.P., aprovado pela Portaria 388/2023 de 23 de novembro e do artigo 9º dos Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte I.P., aprovado pela Portaria 407/2023 de 5 de dezembro.

1. Enquadramento / antecedentes:

Respeita o processo em apreciação a uma construção, sita na rua Dom Diogo de Sousa, R/C, r 17, Braga.

Não se verificam antecedentes processuais.

2. Avaliação Patrimonial:

A pretensão situa-se no logradouro de um prédio inserido no miolo do quarteirão fronteiro a Museu dos Biscainhos, sem visibilidade direta para o mesmo.

3. Proposta:

Pretende-se a construção de uma piscina com 2,50x6,50m e profundidade de 1,50m. Ser revestida a azulejos 10x10cm verde escuro. Ocupará um espaço atualmente destinado a pátio revestido a deck de madeira.

4. Apreciação da proposta:

Apreciada a proposta, considera-se a mesma com reduzida dimensão, não se afigurando, por conseguinte, como impactante junto das servidões, pelo que nestes termos nada há a opor.

5. Conclusões:

Propõe-se a emissão de parecer favorável.

BRG2025/03206

10 de dezembro de 2025

À Consideração Superior.

O Técnico Superior



PROCESSO: 46143/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-25282 / 29/10/2025 10:45

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: Rua D. Diogo de Sousa n.º 17 - U. F. Maximinos, Sé e Cividade

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

1. A presente informação, relacionada com o registo de entrada em referência, é estritamente elaborada no contexto da apreciação técnica para a salvaguarda do património arqueológico do concelho de Braga.

2. Pela avaliação comparativa efetuada às peças gráficas que integram o processo submetido à nossa apreciação, no ano de 2025 (Vd. Processo N.º 24839/2025), e às agora em licenciamento, verifica-se que estas últimas continuam a prever substanciais alterações no que respeita ao impacto da obra no subsolo existente, pelo que se reitera o teor da nossa informação N.º 2025-15162, de 18 de junho de 2025, concretamente no que a mesma refere, e passamos a citá-la “ 2. A operação urbanística, em avaliação, programa trabalhos de construção de uma piscina no logradouro de um imóvel situado em plena malha urbana medieval e junto do traçado conhecido da antiga estrutura defensiva medieval, pelo que o seu subsolo seja, no contexto da avaliação para a salvaguarda do património arqueológico concelhio, considerado muito sensível.

3. Contudo, tendo em consideração os resultados obtidos em intervenções arqueológicas, realizadas previamente neste local, entre 1999 e 2001 (Vd. processo N.º 891.97), que revelaram a existência de vestígios arqueológicos (concretamente um conjunto de alinhamentos pétreos possivelmente correspondentes a um edifício habitacional, bem como espólio maioritariamente cerâmico, remetendo para uma cronologia balizada entre os séculos XVII e XX) a uma profundidade de aproximadamente 1,50m em relação à soleira da porta principal do edifício, assim como a presença de um nível freático a cerca de 2,50m, propõe-se que, seja efectuado um acompanhamento arqueológico a todas as obras com impacto no subsolo, trabalhos estes devidamente autorizados, para o efeito, pelo Património Cultural I.P. (PC, I.P.).

4. Chama-se ainda a atenção para o facto de o imóvel em causa estar localizado em área abrangida por várias zonas de protecção a imóveis classificados e os trabalhos programados coincidirem, concretamente, com a “Zona Geral de Protecção: Casa dos Biscaínhos”, classificada como Imóvel de Interesse público e Zona Geral de Protecção: Arco da Rua do Souto, classificado como Monumento Nacional, pelo que, se recomenda que este processo colha parecer na CCDR-NORTE.

5. Mais se propõe que:

a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º5, do Código Regulamentar do Município de Braga).

b) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica (Artigo B-3/9.º, n.º6 do Código Regulamentar



do Município de Braga), previamente à resposta à comunicação de utilização do imóvel em referência.

6. À luz do disposto nos n.º 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de Setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

7. Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.”.

3. Recorda-se, ainda, que a operação urbanística, em referência, possui já um documento que atesta a aprovação pela CCDR-Norte (Vd. informação n.º 2025-21494, de 26 de agosto de 2025), de um Plano de Trabalhos Arqueológicos (PATA), julgados necessários ao cumprimento da condicionante arqueológica associada ao processo em referência e que o mesmo se encontra válido.

N.I. A presente informação sustenta-se legalmente nas disposições conjugadas da Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001, no Dec. Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, no De. Lei n.º 114/2012 de 25 de Maio, no Dec. Lei n.º 115/2012 de Maio e do Código Regulamentar do Município de Braga (art.º B-3/9º, n.º 2).

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

